

# Plano de Manejo

# Parque Nacional

# do Cabo Orange



Brasília, 2010



# ARPA

Programa Áreas Protegidas da Amazônia



gtz



kfw  
ENTWICKLUNGSBANK



Banco  
Mundial



GLOBAL  
ENVIRONMENT  
FACILITY



Governos Estaduais  
da Amazônia Brasileira:  
Acre, Amapá, Mato Grosso,  
Rorônia, Pará e Tocantins



Ministério do  
Meio Ambiente



**PRESIDENCIA DA REPÚBLICA**

Luis Inácio Lula da Silva

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

Izabella Mônica Vieira Teixeira

**INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**

Rômulo José Fernandes Mello

**DIRETORIA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL**

Ricardo José Soavinski

**COORDENAÇÃO GERAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL**

Giovanna Palazzi

**COORDENAÇÃO DE PLANO DE MANEJO**

Carlos Henrique Velasquez Fernandes

**COORDENAÇÃO DO BIOMA AMAZÔNIA**

Lílian Letícia Mitiko Hangae

**PARQUE NACIONAL DO CABO ORANGE**

Ricardo Motta Pires

**Brasília, 2010**

## CRÉDITOS TÉCNICOS E INSTITUCIONAIS

### Equipe de Elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional do Cabo Orange

#### **Coordenação Geral**

Marcos da Silva Cunha - Analista Ambiental / PNCO / ICMBio.

Ricardo Motta Pires - Analista Ambiental / PNCO / ICMBio.

#### **Supervisão**

Denise Arantes de Carvalho – Analista Ambiental / COCAT / ICMBio.

Lilian Leticia Mitiko Hangae - Analista Ambiental / COBAM / ICMBio.

#### **Acompanhamento Técnico**

Deisi Cristiane Balensiefer - Analista Ambiental / COBAM / ICMBio.

Juliana Shiraishi - Analista Ambiental / COBAM / ICMBio.

Rodrigo Paranhos – Analista Ambiental / COBAM / ICMBio.

#### **Avaliação Ecológica Rápida**

Márcio Souza da Silva - Geólogo - Coordenador IEPA.

#### **Avifauna**

Andrei Langeloh Roos - CEMAVE/ICMBio.

Maria Flávia Conti Nunes - CEMAVE/ICMBio.

Elivan Arantes de Souza - CEMAVE/ICMBio.

Helder Farias Pereira de Araújo - CEMAVE/ICMBio.

#### **Entomofauna**

Emerson Monteiro dos Santos - Biólogo - Museu Paraense Emílio Goeldi.

Moacir Ferreira Ribeiro - Biólogo - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.

#### **Qualidade da Água**

Luís Roberto Takiyama - Engenheiro Químico / IEPA.

#### **Pesca**

Luis Mauricio Abdon da Silva - Biólogo / IEPA.

Sirley Luzia Figueiredo Silva - Bióloga / IEPA.

#### **Botânica**

Salustiano Vilar da Costa Neto - Biólogo / IEPA.

#### **Geologia, Geomorfologia e Solos**

Marcio Sousa da Silva - Geólogo / IEPA.

Marcos Henrique de Abreu Martins - Geólogo / IEPA.

Lucila Maria dos Santos Silva - Geóloga / IEPA.

#### **Avaliação Socioeconômica**

Adiel da Vitória Fagundes - Gerenciamento da Informação / IEPA.

Uédio Robds Leite da Silva - Geógrafo / IEPA.

Uaci Moraes Caldas - Ciências Sociais / IEPA.

**Arqueologia**

Edinaldo Pinheiro Nunes Filho - Professor e Arqueólogo / UNIFAP.

**Educação Ambiental**

Gláucia Pereira de Sousa - Veterinária - Analista Ambiental - PNCO / ICMBio.

Paulo Roberto Russo - Geógrafo - Analista Ambiental - PNMT / ICMBio.

**Cartografia e SIG**

Jucimar Coelho Barbosa - Geógrafo / Empresa Terraplus Gestão Empresarial Ltda.

Cassandra Pereira de Oliveira - Geógrafa - Analista Ambiental - PNMT / ICMBio.

Vitória Monteiro - CPLAM / ICMBio.

**Uso Público**

Denise Arantes de Carvalho - COCAT / ICMBio.

Juliana Shiraishi - COBAM / ICMBio.

Kelly Bonach - PNCO / ICMBio.

Marcos da Silva Cunha - PNCO / ICMBio.

Ricardo Motta Pires - PNCO / ICMBio.

Rodrigo Paranhos Faleiro - COBAM / ICMBio.

Thiago do Val Simardi Beraldo Souza (coordenador) - Especialista em Ecoturismo / ICMBio.

**Compilação dos Encartes**

Marcos Antonio Reis Araujo - Consultor / GTZ.

**Revisão Ortográfica e Editoração**

Alessandro O. Neiva - Consultor

## SIGLAS

AAPO	Associação Ambiental Pegadas do Oiapoque
ACOI	Associação Comercial de Oiapoque
AER	Avaliação Ecológica Rápida
AGM	Associação Galibi-Marworno
AMFAO	Associação Mista dos Feirantes Autônomos de Oiapoque
AMO	Associação das Mulheres do Município de Oiapoque
AMRQC	Associação de Moradores Remanescentes do Quilombo de Cunani
ANP	Agência Nacional do Petróleo
APIO	Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque
ASPROVAC	Associação dos Produtores Rurais da BR-156 Vale do Rio Primeiro do Cassiporé
BPMA	Batalhão de Polícia Militar Ambiental
BR	Brasil
BSC	<i>Balanced Scorecard</i>
CAESA	Companhia de Água e Esgoto do Amapá
CCBIO	Cadastro Nacional de Coleções Biológicas
CCNB	Corrente Costeira Norte Brasileira
CDB	Conferência sobre a Diversidade Biológica
CDN	Conselho de Defesa Nacional
CDS	Centro de Desenvolvimento Sustentável
CEA	Companhia de Eletricidade do Amapá
CGVIS	Coordenação Geral de Visitação
CIMI	Conselho indigenista Missionário
COBAM	Coordenação do Bioma Amazônia
DHN	Diretoria de Hidrografia e Navegação
DIREC	Diretoria de Ecossistemas
DIREP	Diretoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
DPF	Departamento de Polícia Federal
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENID	Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento
FNMA	Fundo Nacional do Meio Ambiente
FUNAI	Fundação Nacional do Índio

FUNASA	Fundação Nacional da Saúde
GF	Guiana Francesa
GTZ	Cooperação Técnico Alemã
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IEPA	Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá
IESA	Instituto de Estudos Socioambientais
IIRSA	Iniciativa para Integração da Infraestrutura Sul Americana
IMAP	Instituto de Ordenamento Territorial do Estado do Amapá
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISA	Instituto Socioambiental
MIN	Ministério da Integração Nacional
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
NEI	Núcleo de Educação Indígena
NIFAP	Universidade Federal do Amapá
OGM	Organismos Geneticamente Modificados
OPP	Oficina de Planejamento Participativo
PA	Projeto de Assentamento
PGR	Programa de Gestão para Resultados
PM	Plano de Manejo
PN	Parque Nacional
PNCO	Parque Nacional do Cabo Orange
PNMT	Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque
PNRG	<i>Parc Naturel Régional de La Guyane</i>
POA	Plano Operacional Anual
PPA	Planos Plurianuais
PREVFOGO	Sistema Nacional de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais
RESEX	Reserva Extrativista
ROI	Registros de Ocorrência de Incêndios
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
RURAP	Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Amapá
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia
SISBIO	Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade
SIVAM	Sistema de Vigilância da Amazônia

SNUC Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

SPU Secretaria do Patrimônio da União

TC Termo de Cooperação

TI Terra Indígena

TNC *The Nature Conservancy*

UC Unidade de Conservação

UFAP Universidade Federal do Amapá

UFMA Universidade Federal do Maranhão

UFPA Universidade Federal do Pará

UnB Universidade de Brasília

UNIFAP Universidade Federal do Amapá

ZCIT Zona de Convergência Intertropical

## SUMÁRIO

**ENCARTE 1 - CONTEXTUALIZAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO CABO ORANGE.....3**

**BIBLIOGRAFIA..... 156**

## FIGURAS

Figura 1.1: Alinhamento do Plano de Manejo do Parque Nacional do Cabo Orange com as estratégias globais e nacionais de conservação e desenvolvimento (Modificado de Mora, 2008). 3	
Figura 1.2: Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento.....	5
Figura 1.3: Papel desempenhado pelo Parque Nacional do Cabo Orange dentro da diretriz de governo para integração continental.....	6
Figura 1.4: Divisão municipal do Estado do Amapá em 2008.....	12
Figura 1.5: Área de abrangência (circundada em amarela) do Corredor de Biodiversidade do Amapá.....	13

## TABELAS

Tabela 1.1: Unidades de Conservação e Terras Indígenas do Estado do Amapá.....	13
Tabela 1.2: Parceiros na área de manejo e conservação dos recursos faunísticos, florísticos e pesqueiros e educação ambiental.....	16
Tabela 1.3: Parceiros na área de pesquisa.....	17
Tabela 1.4: Parceiros na área de proteção ambiental.....	17

## FOTOS

Foto 1.1: Vista aérea da Cidade de Oiapoque (2004).....	7
Foto 1.2: Vista aérea da Cidade de Saint Georges, na Guiana Francesa (2004).....	7

Com base no **atual** estado de conhecimento sobre a UC, tornar claro **aonde** queremos chegar e escolher os **caminhos** que acreditamos nos levarão a este objetivo.

## Introdução

O Parque Nacional do Cabo Orange (PNCO) foi criado pelo Governo Federal por meio do Decreto Nº 84.913 de 15 de julho de 1980. Possui uma área de 619.000ha, um perímetro de 590km e está localizado no extremo norte do Estado do Amapá na fronteira com a Guiana Francesa e na foz do Rio Oiapoque. Abrange parte dos Municípios de Calçoene (14,7%) e Oiapoque (9,8%) e está enquadrado dentro das coordenadas geográficas 4°35' e 02°48' latitude norte e 51°50' e 51°35' longitude W Gr. Possui uma faixa de cerca de 200km de extensão adentrando ao mar em 10km (5,4 milhas náuticas), sendo que 100% do litoral do Município de Oiapoque e 76% do litoral de Calçoene encontram-se no interior do PNCO.

Em seu artigo 11, a Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000 – que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) descreve a finalidade da categoria de manejo de Parque Nacional:

*“O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, na recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico”.*

O Plano de Manejo (PM) para as unidades de conservação (UC) da categoria Parque foi instituído pelo Decreto Nº 84.017/ 1979, que aprovou o regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros. Posteriormente, a Lei do SNUC estendeu a obrigatoriedade de planos de manejo para todas as categorias de unidades de conservação. Ela definiu, em seu artigo 2, Plano de Manejo como:

*“XVII - documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas fiscais necessárias à gestão da unidade”.*

Em 2003, a Diretoria de Ecossistemas (DIREC) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) adotou uma nova estratégia para possibilitar a elaboração de planos de manejo para suas unidades. Optou-se por implantar, em conjunto com as unidades de conservação, uma nova estratégia para a elaboração de seus planos de manejo, a qual visava aproveitar os recursos humanos existentes nas UC e em instituições de pesquisas dos Estados para realizar a Avaliação Ecológica Rápida (AER), Sayre *et alii* (2000), bem como, consolidar o Plano de Manejo.

No Amapá, as equipes do IBAMA e das instituições envolvidas participaram de duas etapas de treinamento, uma na Cidade de Serra do Navio e a outra em Macapá. A coordenadora do treinamento, Margarene Maria Lima Beserra, apresentou a metodologia da AER e ajudou as equipes das UC federais no Estado, a planejarem as etapas que culminariam na elaboração do plano de manejo para todas elas.

Devido à crescente demanda de manejo do dia-a-dia, a equipe do PNCO teve grande dificuldade na finalização de todos os encartes do plano de manejo. Desse modo, em 2008, com o apoio da Cooperação Técnica Alemã (GTZ), recorreu-se a consultoria externa que teve o objetivo de consolidar as iniciativas de elaboração do plano e o documento final. Além disso,

pretendia-se buscar uma estrutura de plano de manejo que fosse mais gerencial e operacional, conforme as orientações da Coordenação do Bioma Amazônia (COBAM), Diretoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral (DIREP) do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Um dos grandes desafios colocados para a consultoria foi o de tornar os planos mais operacionais. Para enfrentá-lo, recorreu-se às mais modernas tecnologias gerenciais da atualidade, tais como o *Balanced Scorecard*, o Gerenciamento da Rotina e a Gestão por Projetos. Introduziu-se também a idéia da modelagem de sistemas ambientais, na qual as atividades antrópicas realizadas na UC e entorno são relacionadas com possíveis impactos sobre os ecossistemas da Unidade. Outro aspecto positivo dessa modelagem é que pode ser aplicada antes da etapa de avaliação ecológica rápida e desse modo demonstrar claramente as questões a serem respondidas pelos pesquisadores. O plano de manejo seguiu a estrutura proposta no Roteiro Metodológico de Planejamento (Galante *et alii*, 2002), introduzindo as ferramentas gerenciais descritas anteriormente. Seguindo orientações da COBAM e depois de discussões com os técnicos do PNCO decidiu-se que não seria realizado por área de atuação e sim por programa temático. O Plano de Manejo explicita a visão do PNCO como organização e se apoia fortemente no conceito de manejo adaptativo e no uso do PDCA (planejar, executar, checar e agir) como método de gestão para operacionalizar o manejo adaptativo nessa unidade de conservação. Esses tópicos serão, posteriormente, descritos em detalhes.

O desenvolvimento dos trabalhos para elaboração do plano de manejo do PNCO contemplou, cronologicamente, a seguinte abordagem:

- ❖ Abril/04: Início da AER. Expedição à área Marinha do PNCO e região costeira, iniciando no Município de Calçoene, praia do Goiabal (área do entorno) e encerrando na foz do Rio Oiapoque (Cabo Orange).
- ❖ Maio/05: Entrega do levantamento bibliográfico e compilação de dados do PNCO.
- ❖ Junho/05: Expedição da equipe de socioeconomia às comunidades agrícolas, tradicionais, indígenas e quilombolas do entorno e da área do PNCO.
- ❖ Agosto/05: Realização de reunião preparatória para a segunda expedição científica a área do PNCO.
- ❖ Setembro/05: Expedição terrestre e fluvial à área sul e central do PNCO.
- ❖ Abril/06: Realização de seminário e oficina de planejamento com pesquisadores (apresentação dos resultados das expedições de campo - AER).
- ❖ Julho/06: Elaboração da versão preliminar do Encarte 1 (Contextualização da UC).
- ❖ Julho/06: Realização da última expedição à área do PNCO, tendo como objetivo principal percorrer toda a área costeira do Parque, do Rio Cunani ao Oiapoque.
- ❖ Setembro/06: Realização da Oficina de Planejamento Participativo (OPP).
- ❖ Outubro/Novembro/06: Realização da 2ª reunião Técnica de Avaliação do Plano de Manejo.
- ❖ Outubro/07: Entrega do relatório da Oficina de Planejamento Participativo.
- ❖ Novembro/07: Entrega da versão preliminar do Encarte 2.
- ❖ Dezembro/07: Reunião de planejamento com a equipe do PNCO para possibilitar elaboração do Encarte 4.
- ❖ Dezembro/07: reconhecimento de campo com vistas à elaboração da proposta de uso público para o PNCO.
- ❖ Abril/08: Inserção de consultoria para a consolidação do Plano de Manejo

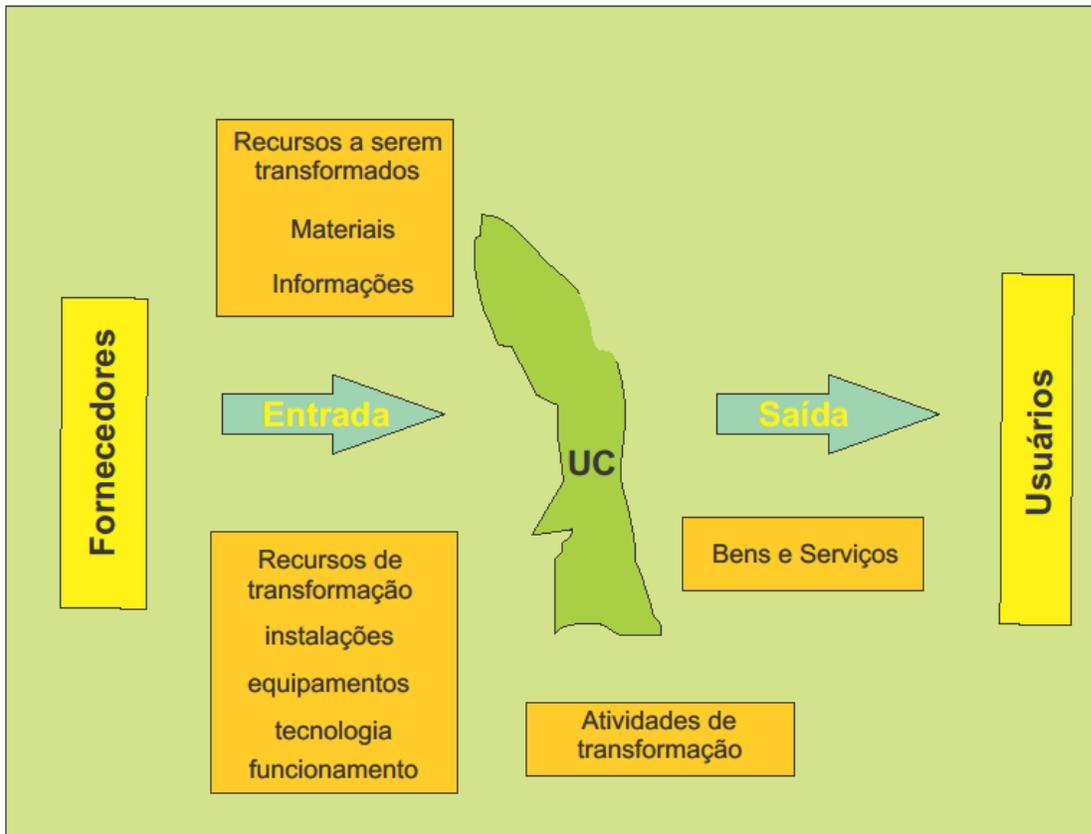
- ❖ Abril/08 Discussão dos encartes 1 e 2 e apresentação da proposta alternativa de metodologia para os encartes 4, 5 e 6 para a chefia da unidade e para os técnicos da COBAM/ICMBio em Brasília.
- ❖ Agosto/08: Realização da 3ª Reunião Técnica: Revisão do zoneamento e dos programas temáticos.
- ❖ Setembro/08: Entrega da versão preliminar do Plano de Manejo.
- ❖ Outubro/08 Análise da versão preliminar do Plano de Manejo
- ❖ 1º semestre de 2009: troca de sugestões, à distância, acerca do PM, entre as equipes do Parque e do ICMBio/Sede
- ❖ Julho/09: apresentação da proposta do Plano de Manejo ao ICMBio/Sede.
- ❖ Novembro/09: Entrega da última versão do Plano de Manejo.
- ❖ Janeiro/10: O Plano de Manejo é encaminhado ao Conselho de Defesa Nacional – CDN, para aprovação.
- ❖ Março/10: Realização da reunião com os representantes do CDN para apresentação e discussão do Plano de Manejo.
- ❖ Maio/10: Recomendações e sugestões do CDN, para através da Nota SAEI-AP nº68, para serem incorporadas ao Plano de Manejo.
- ❖ Novembro/10: Consolidação das recomendações e sugestões do CDN.
- ❖ Dezembro/10: Editoração e Correção Ortográfica da versão final do Plano de Manejo, bem como da base cartográfica.

A proposta de Plano de Manejo para o PNCO se apoiou fortemente nas seguintes premissas: as unidades de conservação são espaços organizacionais e a gestão deve ser adaptativa.

### **As Unidades de Conservação como Espaços Organizacionais**

No Brasil, as unidades de conservação são conceituadas como um “*espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo águas jurisdicionais com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção*” (Lei Nº 9.985/2000). No entanto, a luz da nova gestão pública podemos encarar as unidades de conservação como espaços organizacionais (Figura A), Araújo (2007).

Uma organização pode ser entendida como um agrupamento planejado de pessoas com o propósito de alcançar um ou mais objetivos que se traduzem, de forma geral, no fornecimento de bens e serviços. Toda organização existe com a finalidade de fornecer alguma combinação de bens e serviços a seus usuários (“clientes”). De acordo com a Lei Nº 9.985 de 18 de julho e o Decreto Nº 4.340 de 22 de agosto de 2002, os bens e serviços proporcionados pelas unidades de conservação variam de acordo com a categoria de manejo à qual pertencem. De modo geral, são os recursos naturais preservados, a recreação ambiental, o ambiente propício para pesquisas científicas, assim como a manutenção dos serviços ecossistêmicos, tais como regulação do clima, proteção dos recursos hídricos, polinização, controle de pragas etc. A visão das unidades de conservação como organizações abre caminhos bastante promissores, pois permite a utilização das mais modernas tecnologias gerenciais para administrá-las.

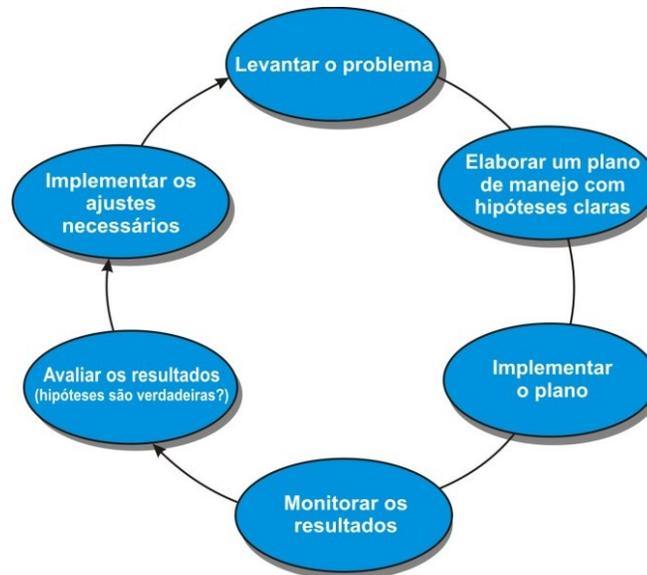
**Figura A:** Unidades de conservação como organizações.

### A Gestão das Unidades de Conservação deve ser Adaptativa

O Plano de Manejo do PNCO também se baseia fortemente no conceito de manejo adaptativo. Nenhum plano, por melhor que seja, consegue prever exatamente as condições futuras em que a unidade de conservação irá atuar. Por isso, há a necessidade de constante correção de rumo à medida que vai sendo executado, ou seja, o planejamento tem que ser altamente adaptativo ou flexível.

Os ecossistemas são muito complexos, dinâmicos e a incerteza a cerca de seu comportamento é extremamente elevada. Se nossa compreensão sobre eles é bastante limitada, conseqüentemente, a nossa habilidade para prever como responderão às ações de manejo também o são. Nessas condições, a saída é aprender com as próprias atividades de manejo praticando o chamado manejo adaptativo (Araújo, 2007).

O manejo adaptativo é a aplicação do conceito de experimentação ao manejo. No início do trabalho formula-se um plano de manejo com hipóteses claras sobre o comportamento do ecossistema que está sendo objeto do manejo e se definem os resultados a serem alcançados. O plano é executado e avaliado se os resultados esperados foram alcançados, ou seja, se as hipóteses iniciais estão corretas e se as ações de manejo estão dando os resultados esperados. Se a hipótese é confirmada, o manejo deve continuar como proposto. Se os resultados esperados não foram alcançados e, em conseqüência, as hipóteses não se confirmaram, deve-se implementar os ajustes necessários no plano. O manejo adaptativo possibilita o aprendizado, permitindo que futuras decisões se beneficiem de uma melhor base de conhecimentos (Figura B), Nyberg (1999).

**Figura B:** Ciclo do manejo adaptativo.

O Roteiro Metodológico de Planejamento (Galante *et alii*, 2002), já atentava para essa questão, destacando que os planos de manejo devem ser flexíveis, ou seja, deve haver a possibilidade de serem inseridas ou revisadas informações em um plano de manejo, sempre que se dispuser de novos dados, sem a necessidade de proceder à revisão de todo o documento.

### **O PDCA como método de gestão para operacionalizar o manejo adaptativo no Parque Nacional do Cabo Orange**

Para que a gestão do PNCO possa ser adaptativa e tenha a capacidade de promover as mudanças necessárias em tempo hábil, é preciso que ela tenha um método de gestão para enfrentar os desafios que irá encontrar. O método de gestão proposto nesse plano de manejo é o PDCA. Ele representa um elemento básico da gestão pela qualidade (Campos, 2002 & 2004).

As quatro letras do PDCA identificam as etapas de um ciclo: P – Planejamento; D – Desenvolvimento (execução); C – Checagem e A – Ação corretiva (Figura C). No gerenciamento de uma tarefa ou do parque como um todo, deve-se girar o ciclo PDCA sistematicamente, ou seja, planejar, executar o planejado, verificar se os resultados planejados foram alcançados e, em caso negativo, agir corretivamente; em caso positivo, padronizar a forma de executar e propor melhorias nos resultados para o próximo giro do ciclo.

O Plano de Manejo foi construído seguindo a lógica do PDCA. Destacamos que a filosofia do PDCA já estava prevista no Roteiro Metodológico, principalmente na proposição do encarte de monitoria e avaliação.

Figura C: Ciclo PDCA.



## Ficha Técnica do Parque Nacional do Cabo Orange

Parque Nacional do Cabo Orange (PNCO)	
Endereço da sede:	Vila Taperebá, margem esquerda do rio Cassiporé Coordenadas: N 03°40'28" e W 51°12'04"
Base de Apoio no Município de Oiapoque:	Rua Coracy Nunes, 840 Bairro Paraíso CEP: 68980-000
Telefone (FAX):	+55 (96) 3521-2706
E-mail:	cabo.orange@bol.com.br / ricardo.pires@icmbio.gov.br
Superfície da UC:	619.000ha (decreto)
Perímetro da UC:	590km
Áreas dos municípios abrangidas:	Área terrestre: Calçoene/AP (209 mil ha), Oiapoque/AP (218 mil ha)
Coordenadas geográficas entre:	N 4°35' e 02°48' e W 51°50' e 51°35'
Data de criação e nº do Decreto:	Decreto Nº 84.913, de 15 de julho de 1980.
Marcos geográficos referenciais dos limites:	Limite Norte: Cabo Orange. Limite Sul: Rio Cunani. Limite oeste: Terra Indígena Uaçá.
Bioma e ecossistemas:	Bioma: amazônico e marinho. Ecossistemas: campos naturais (periódica e permanentemente inundáveis); florestas fluvio-marinhas (manguezais); florestas inundáveis (várzeas), florestas de terra firme e manchas de cerrado.
<b>Atividades Ocorrentes:</b>	
Fiscalização	Área do parque e do entorno (continental e marinha), em parceria com o IBAMA de Oiapoque, Polícia Federal e Polícia Militar.
Educação Ambiental	Apoio às atividades de EA nas escolas dos municípios e comunidades do entorno, nos temas: Dia da água; Projetos Quelônios do Oiapoque e Quelônios do Cassiporé e Apresentação do PNCO à comunidade.
Pesquisa (interior e entorno)	Quelônios: Projetos Quelônios do Oiapoque e Quelônios do Cassiporé. Crocodilianos: Levantamento e dinâmica populacional. <i>Panthera onca</i> : Levantamento e dinâmica populacional e educação ambiental. Caranguejo: Levantamento populacional. Turismo: Turismo de Base Comunitária.
Visitação	O PNCO não está aberto para o turismo, há apenas o projeto de pesquisa de turismo de base comunitária em cooperação com a Guiana Francesa.
Atividades Conflitantes	Pesca industrial e artesanal na área marinha do Parque. Comunidades residentes no interior do Parque.

	<p>Bubalinocultura, através do intenso pisoteio, quebra do balanço hídrico de alagados e queimadas para renovação de pastos. Abertura de roçados, principalmente nas margens do Rio Cassiporé. Extrativismo (Açaí, andiroba, cacau, pracaxi).</p>
--	---

# Encarte 1

Contextualização  
da Unidade de Conservação

---

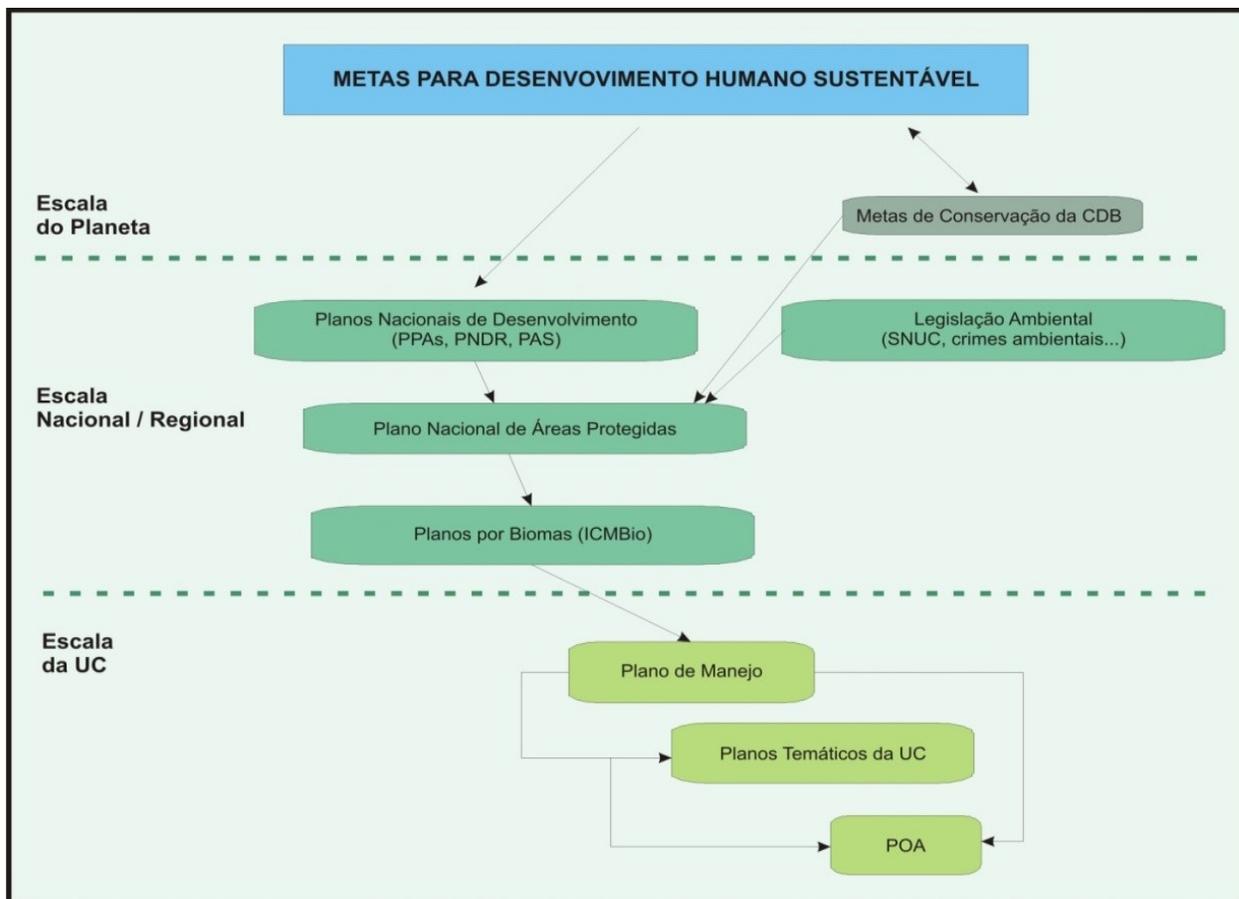


## ENCARTE 1 - CONTEXTUALIZAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO CABO ORANGE

### Enfoque Internacional: O Parque Nacional do Cabo Orange frente às Estratégias Internacionais e Nacionais de Conservação e Desenvolvimento

O Plano de Manejo do PNCO foi elaborado com um enfoque sistêmico, ou seja, as escolhas de manejo realizadas se alinham com as estratégias globais e nacionais de conservação e de desenvolvimento (Figura 1.1).

**Figura 1.1:** Alinhamento do Plano de Manejo do Parque Nacional do Cabo Orange com as estratégias globais e nacionais de conservação e desenvolvimento (Modificado de Mora, 2008).



Atualmente, a criação de unidades de conservação e de terras indígenas (TI) situadas na faixa de fronteira encontra-se submetida à apreciação e ao assentimento prévio do Conselho de Defesa Nacional (CDN), como ocorreu no caso da criação do Parque Estadual Chandless, na homologação da TI Alto Tarauacá, em 2004 e na criação da Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade, em 2005, todos no estado do Acre. O Decreto Nº 4.411, de 7 de outubro de 2002, que dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas Unidades de Conservação, estabelece em seu artigo 2º, que "o Ministério da Defesa participará da elaboração, da análise e das atualizações do plano de manejo das unidades de conservação localizadas na faixa de fronteira". No parágrafo único desse mesmo artigo, é especificado que serão submetidos à anuência prévia do CDN, por meio de sua Secretaria-Executiva, os planos de manejo das Unidades de Conservação e suas sucessivas atualizações.

Na escala planetária foram propostas as metas de desenvolvimento humano sustentável e as metas de conservação da Conferência sobre a Diversidade Biológica (CDB), as quais o Brasil se comprometeu a cumprir. As metas globais de conservação e desenvolvimento servem de subsídio para o estabelecimento do projeto nacional de desenvolvimento, materializado através da legislação ambiental, das políticas e dos planos, tais como, Planos Plurianuais (PPA), Política Nacional de Desenvolvimento Regional, Plano Amazônia Sustentável. Por sua vez, esses grandes instrumentos servem de subsídio para a elaboração de planos setoriais como o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas.

Essas grandes diretrizes servem de marcos referenciais para o planejamento do ICMBio e de suas unidades de conservação.

A análise de diversos documentos governamentais tais como os sucessivos PPA, demonstra que o país tem o objetivo de aumentar sua influência na arena internacional. A estratégia escolhida para alcançar esse objetivo é a integração com os demais países sul-americanos. Desse modo, a integração continental tem se estabelecido como uma grande diretriz do governo brasileiro. Uma das formas de implementar essa diretriz são os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENID) e a Iniciativa para Integração da Infraestrutura Sul Americana (IIRSA).

Desde o Plano Plurianual – 1996 - 1999, os ENID passaram a constituir um pilar central da estratégia de desenvolvimento do Brasil. Eles são espaços territoriais delimitados, para fins de planejamento, segundo suas condições econômicas, sociais e ambientais. Na época foram estabelecidos nove ENID. Um deles, denominado de Arco Norte, engloba os estados de Roraima e Amapá (Figura 1.2) (Ramalho e Neto, 2001). Para esse eixo, as atividades potenciais identificadas se concentram na agregação de valor aos produtos típicos regionais, tais como óleos, sucos e polpas; desenvolvimento de técnicas de aquicultura para peixes e crustáceos; pesca comercial e industrial; artesanato indígena e caboclo; desenvolvimento de fármacos e cosméticos; exploração sustentável da biodiversidade, do potencial madeireiro e o ecoturismo de interesse internacional (Ramalho e Neto, 2001).

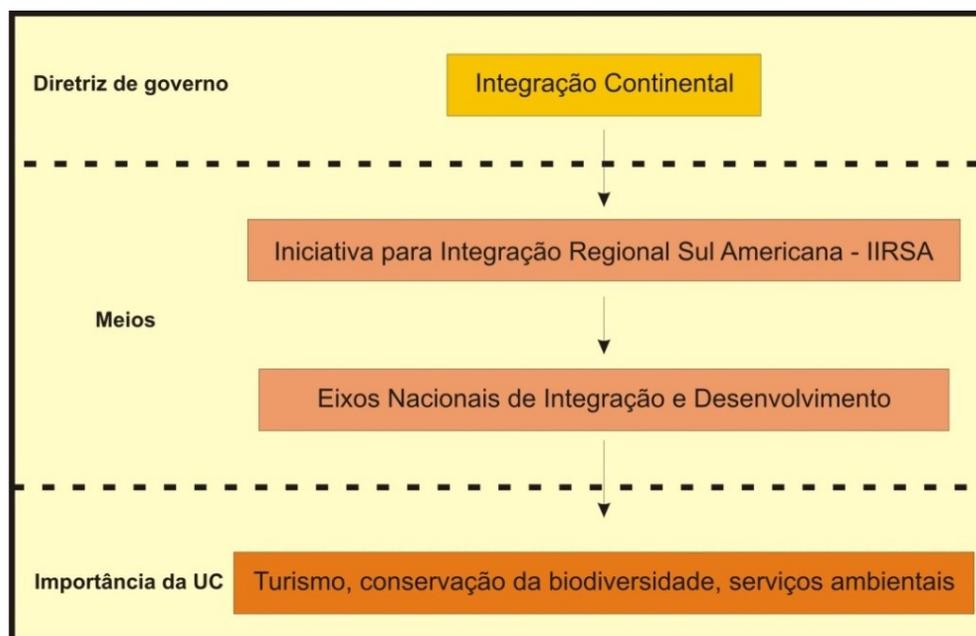
**Figura 1.2:** Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento.



Desse modo, o ENID Arco Norte se torna um importante balizador para o planejamento do PNCO. O asfaltamento da BR-156 e a construção da ponte sobre o Rio Oiapoque são obras prioritárias para esse eixo. O asfaltamento completo dessa BR é justificado pelo governo brasileiro por ela se constituir numa importante via de integração do Amapá com o sistema rodoviário nacional e numa importante via de interligação do Brasil com os países vizinhos da Guiana Francesa, Suriname e Guiana, o que permitirá a utilização do porto de Santana por eles.

O ENID Arco Norte se complementa a IIRSA. A IIRSA tem o objetivo de promover o desenvolvimento da infra-estrutura com base em uma visão regional, procurando a integração física dos países sul-americanos. Um de seus eixos de integração e desenvolvimento é do Escudo das Guianas, composto pela Venezuela, Guiana, Suriname e Brasil, diretamente ligado ao ENID Arco Norte. O PNCO se articula com o projeto nacional de desenvolvimento através de sua inserção na IIRSA e no ENID Arco Norte. Ele contribuirá com a estratégia de desenvolvimento do turismo, com a conservação da biodiversidade e com a provisão de serviços ambientais (Figura 1.3).

**Figura 1.3:** Papel desempenhado pelo Parque Nacional do Cabo Orange dentro da diretriz de governo para integração continental.



### A Fronteira Brasil – Guiana Francesa

O Cabo Orange é conhecido nacionalmente como ponto extremo marítimo do território brasileiro. A região, no início do século XVII, foi palco de disputas territoriais envolvendo, holandeses franceses e portugueses. Faz fronteira com o território ultramarinho da Guiana Francesa, onde os franceses dispõem das condições, serviços públicos e direitos análogos ao da França continental. Essa situação evidencia um contraste negativo em relação às condições dos municípios no Estado do Amapá, Brasil. Uma pressão de imigração de brasileiros para a Guiana tem sido constatada, mesmo que temporária, para trabalhar naquele país.

Localiza-se na Guiana Francesa, em Kourou, a base de lançamentos de satélites, que representa a maior fonte de renda assalariada do país e um importante atrativo turístico. Entre 2001 e 2004, com a conclusão do asfaltamento entre Cayenne e Saint Georges (Guiana Francesa), houve um surto crescente de turistas visitando os municípios de Saint Georges e de Oiapoque no Amapá. Estes turistas ocasionaram uma grande pressão imobiliária e um crescimento desordenado nos dois municípios. Após este período, veio o declínio da atividade turística devido à valorização do Real e, principalmente, devido às más condições de atendimento ao turista.

As leis que vigoram na Guiana Francesa são as mesmas que vigoram na França européia, existindo diferenças legais contrastantes entre o Brasil e a França. Questões ambientais, como a permissão de caça a animais silvestres na Guiana Francesa, ocasionam uma pressão na região por produtos e subprodutos de origem da caça. Este é um dos fatores de pressão antrópica na área do PNCO e seu entorno.

O crescimento desordenado ocasionado pela corrida do ouro permitiu a ocupação da área da fronteira, mas com um passivo social e ambiental considerável, em ambos os países. No lado brasileiro, fica evidente a necessidade de investimentos governamentais em infraestrutura básica, principalmente saneamento e saúde pública.

No lado Francês, os investimentos em infraestrutura básica foram maiores, tendo o saneamento básico e a saúde pública, melhores condições que no Brasil. O crescimento demográfico no Município Saint Georges apresenta características semelhantes ao Município de Oiapoque, sendo que a população clandestina (brasileiros) não é contabilizada nos dados oficiais. Saint Georges possui cerca de 2.153 habitantes, Fotos 1.1 e 1.2.

**Foto 1.1:** Vista aérea da Cidade de Oiapoque (2004).



**Foto 1.2:** Vista aérea da Cidade de Saint Georges, na Guiana Francesa (2004).



#### ❖ **Conflitos e Direitos Desiguais na Fronteira**

Um contraste marca a fronteira: o direito de ir e vir. No tocante à liberdade de trânsito entre os dois países, fica evidente a enorme dificuldade para a entrada legal dos brasileiros na Guiana Francesa e a facilidade encontrada para a entrada e saída de estrangeiros no Brasil (vindos da Guiana Francesa). Enquanto para os brasileiros há a necessidade de obter visto em Macapá, com enormes probabilidades de recusa, exigências de comprovação de renda e objetivos de viagem, os estrangeiros vindos da Guiana têm facilidades na obtenção de vistos.

#### ❖ **O Ciclo do Garimpo**

O garimpo de ouro no Rio Oiapoque e afluentes teve o seu auge na década de 90, sendo constatada a sua influência no crescimento demográfico da Cidade de Oiapoque. O número de logradouros comerciais destinados à compra de ouro em funcionamento ainda reflete a importância econômica desta atividade. Outro fato marcante é o volume de vendas de produtos destinados ao garimpo (combustível, alimentação, bebidas e maquinário). A atividade no rio Oiapoque e afluentes é totalmente ilegal, sendo que, no lado brasileiro, o fato é agravado pela inserção dos garimpos no Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque. Parte dos garimpos ilegais no lado francês foi desativada nos últimos dois anos, devido ao declínio das atividades garimpeiras e à forte repressão do governo francês às atividades ilegais. A estrutura e o maquinário francês foram deslocados para o lado brasileiro, conforme relatos do próprio pessoal que transporta os produtos para o garimpo (catraieiros).

Os níveis de contaminação por mercúrio foram pesquisados pelo governo francês nas Comunidades de Camopi e Saint Georges. A pesquisa mostrou que a população que mora próximo às áreas de garimpo (Camopi) está sujeita a uma contaminação maior, devido principalmente à utilização dos peixes coletados no Rio Oiapoque e afluentes. A população do Município de Saint Georges apresentou nível normal e aceitável de mercúrio, justificado pela maior utilização de peixes oriundos da pesca oceânica. Esta pesquisa é um referencial para

analisar a situação do lado brasileiro, já que temos uma população flutuante na área dos garimpos (cinco mil pessoas) e uma comunidade de Vila Brasil situada em frente à Camopi. A situação do município de Oiapoque em relação à contaminação por mercúrio é similar ao município de Saint George, devido à semelhança na base alimentar e à proximidade dos dois municípios.

#### ❖ **Projetos de Cooperação entre Parque Nacional do Cabo Orange e a Guiana Francesa**

Os projetos de cooperação técnica para áreas protegidas entre o Brasil e a França começaram a ser discutidos na década de noventa no âmbito das Reuniões Mistas de Cooperação Internacional Brasil – França. Naquele momento, duas agendas paralelas estavam em curso entre os dois países: a) a cooperação técnica com ênfase em unidades de conservação; e b) a cooperação transfronteiriça entre a Guiana e o Amapá. Ambas as cooperações assumiram relevância para o estado do Amapá nos últimos dez anos e hoje estão pautadas principalmente nas propostas de cooperação entre as unidades de conservação brasileiras e francesas.

Atualmente o PNCO conta com 03 programas/projetos de Cooperação com a Guiana Francesa:

##### a) **Programa de Gestão Integrada da Fronteira da Zona Estuarina do Rio Oiapoque - Cooperação Brasil-França - Programa Oiapoque Natureza.**

Esse projeto tem o objetivo de promover a cooperação entre o Parque Nacional do Cabo Orange e o *Parc Naturel Régional de la Guyane* (PNRG), visando a conservação do meio ambiente e dos recursos naturais daquela região, através da gestão participativa, conduzindo ao desenvolvimento sustentável na área do PNRG e no entorno do PNCO. A idéia do projeto nasceu em 2004 por meio da assinatura de um protocolo de acordo entre a Ministra do Meio Ambiente da República Federativa do Brasil e o Ministro da Ecologia e do Desenvolvimento Sustentável da República Francesa no decorrer do seminário dos Parques Naturais Regionais. Em 21 de junho de 2008, foi assinado um Memorando de Entendimento entre os dois parques. O prazo de duração do programa é de 2006 a 2013 e conta com as seguintes linhas de ação:

1. Conhecimento do ambiente natural e humano.
2. Educação Ambiental.
3. Políticas públicas e externas.
4. Manejo e proteção da fauna e da flora.
5. Divulgação da cooperação.
6. Desenvolvimento sustentável.
7. Ecoturismo.
8. Integração das comunidades locais.

##### b) **Projeto de Experimentação do Turismo de Base Comunitária no Parque Nacional do Cabo Orange, dentro de uma Rota Integrada Guiana Francesa-Brasil - Projeto Tartaruga Imbricata - Tortue Imbriquee**

O Projeto “Tartaruga Imbricata” tem como objetivo experimentar uma rota de turismo integrando Roura/Guiana Francesa ao Parque Nacional do Cabo Orange, ICMBio/Brasil, via marítima, dentro de um modelo de turismo de base comunitária/turismo solidário, a ser desenvolvido com as comunidades do entorno do Parque. O Parque acredita que a presença do turista na Unidade inibe as atividades ilícitas, colaborando para a

conservação do ambiente e para a melhoria da condição econômica das comunidades do entorno. Pretende-se promover uma experimentação de 02 anos, onde uma lancha de empresa de turismo da Guiana Francesa conduzirá grupos de cidadãos franceses de Roura (Guiana) ao PNCO, com o apoio do barco regional do Parque em águas brasileiras, a partir de maio de 2009. Os grupos visitarão a foz do rio Oiapoque, a região de Taperebá, a comunidade de Vila Velha do Cassiporé e a comunidade do Quilombo de Cunani. A execução do projeto será realizada por uma equipe mista (comunidades ribeirinhas, PNCO e a empresa de turismo francesa). As atividades serão apoiadas por instituições parceiras brasileiras e francesas (ex. UnB, SEBRAE, outras). Toda a experimentação será avaliada por um conselho formado de especialistas de diversas áreas.

### c) **Programa de Monitoramento Integrado da Área Estuarino-Marinha da Fronteira Brasil e Guiana Francesa**

O objetivo deste programa é monitorar a área estuarino-marinha da fronteira Brasil e Guiana Francesa em cooperação com a Agência de Assuntos Marítimos da França (*Affaires Maritimes*), a Marinha Nacional Francesa, a Polícia Marítima Francesa (*Gendarmerie Maritime*), o Escritório Regional do IBAMA em Oiapoque, a Polícia Federal e o Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Amapá, cada qual dentro de seus limites de atuação, promovendo um canal de comunicação constante sobre as embarcações e sobre os procedimentos de abordagem e fiscalização.

Três operações conjuntas já foram realizadas desde maio de 2008. Pretende-se assinar um instrumento legal de cooperação entre as partes. Este documento contemplará as seguintes ações:

1. Instalação de um canal permanente de comunicação com a Guiana nos seguintes temas: informações sobre barcos pesqueiros; barcos que usam de violência (armas); tráficos realizados por barcos brasileiros na Guiana; evolução das leis restritivas de pesca; épocas de maior esforço de pesca; regras gerais relacionadas ao controle da pesca na Guiana e no Brasil e sobre os documentos necessários exigidos dos barcos; lista de barcos cadastrados na Colônia de Pesca de Oiapoque e lista de barcos franceses registrados na Guiana.
2. Realização de operações cooperadas no rio Oiapoque e zona estuarina (02 por ano, no mínimo).
3. Realização de reuniões entre os parceiros (cada 03 meses).
4. Comprometimento em buscar caminhos de facilitar as entradas dos parceiros em ambos os países.

Recentemente o PNCO começou a traçar as linhas de ação de um programa de cooperação com o Ministério da Integração Nacional (MIN) no intuito de fomentar projetos de desenvolvimento sustentável para a área de fronteira, em cooperação com parceiros franceses. O programa denomina-se “Programa Piloto Natureza e Desenvolvimento na Faixa de Fronteira Brasil-Guiana Francesa” e pretende implementar as linhas de ação dos programas/projetos do Parque com a Guiana Francesa já existentes, como o Projeto OYANA e o Projeto Tartaruga Imbricata, dentre outros que possam surgir futuramente. O primeiro projeto aprovado dentro deste programa com o MIN foi o Projeto OYANA

## Enfoque Federal

### O Parque Nacional do Cabo Orange e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

Dados do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação indicavam a existência, em agosto de 2008, de 299 unidades de conservação federais no Brasil protegendo uma área de 75,5 milhões de ha (MMA, 2008). As Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) totalizavam cerca de 426 protegendo uma área de 440 mil ha. Das UC federais, 135 (35,6 milhões ha) eram de proteção integral e 169 de uso sustentável (39,9 milhões de ha). Os Parques Nacionais somavam 64 unidades englobando uma área de 24,3 milhões de ha. O PNCO representa 2,5% da área protegida pelos parques nacionais no Brasil e 1,73% da área protegida por UC federais de proteção integral. Para o bioma Amazônia, o Cadastro Nacional registra 38 UC de proteção integral englobando uma área de 29 milhões de ha. O PNCO representa 2,1% da UC de proteção integral do bioma Amazônia.

Dados do Instituto Socioambiental (ISA) para a região da Amazônia Legal listam um total de 295 unidades de conservação federais e estaduais protegendo uma área de 122,9 milhões de ha. Os parques nacionais e estaduais são 62 e protegem uma área de 27,4 milhões de ha. Nesse caso, o PNCO representa 0,5% de toda a área protegida na Amazônia legal e 2,26% da área protegida pela categoria de manejo parque nessa região.

## Enfoque Estadual

### Implicações Ambientais

O Estado do Amapá tem 142.814,58 km<sup>2</sup> de território e águas interiores, correspondendo a 1,68% do território brasileiro e a 2,79% da Amazônia Legal. Encontra-se, em sua maior parte, localizado ao norte do equador. Estende-se, aproximadamente, da 1° latitude sul, a partir da confluência com o Rio Jarí, na embocadura do Rio Amazonas até quase 5° de latitude norte, onde se limita com a Guiana Francesa. É limitado à leste pelo Oceano Atlântico (598km de litoral atlântico), ao sul, sudeste e oeste pelo Estado do Pará (1093km de fronteira) e à noroeste faz fronteira com a Guiana Francesa (655km de fronteira) e o Suriname (52km de fronteira). Esta posição geográfica proporciona ao Estado características das regiões equatoriais, refletidas, principalmente, nas condições climáticas e hidrológicas que condicionaram modificações nas paleo-coberturas do solo e da vegetação (IBGE, 2004; Drummond & Pereira, 2007).

Possui 587 mil habitantes distribuídos em 16 municípios (Figura 1.4). Apresenta um mosaico de vegetação de alta diversidade biológica, que incluem tipologias tipicamente amazônicas e tipologias extra-amazônicas, todas com grande extensão territorial que estão descritas em detalhe abaixo (IEPA, 2006).

Ao longo da costa atlântica há domínio dos Manguezais que ocupam 1,94% da área do estado. Estendem como franjas contínuas ao longo do litoral, possuindo largura variável. Em alguns locais adentram o continente na condição de manguezais ribeirinhos. São dominados por dois tipos de plantas, a siriúba *Avicennia germinans* e o mangue-vermelho *Rhizophora mangle*.

A Floresta de Várzea ocupa 4,85% da área do estado e ocorre, principalmente ao longo da orla amazônica onde adentra pelos estuários e baixos cursos dos inúmeros rios que aí deságuam. Nesse trecho, estende do Rio Jarí até o arquipélago do Bailique, a partir do qual a salinidade propicia o aparecimento de espécies de Manguezal. No interior da planície inundável encontram-se florestas de várzea, com estrutura e diversidade diminuída em relação as formações ribeirinhas.

Em direção ao interior, as Florestas de Várzea e os Manguezais são substituídos pelos Campos Inundáveis (Campos de Várzea). Apresentam um regime de inundações periódicas que decorrem da acumulação e represamento de águas pluviais, efeitos das altas marés e dos impedimentos de drenagem do solo. Sua flora é dominada por gramíneas, ciperáceas e macrófitas aquáticas. Ocupam cerca de 11,2% da área do estado e estendem desde o Oiapoque até a foz do Rio Jarí. Incluem também os ambientes lacustres.

Avançando mais para o interior, os Campos Inundáveis são sucedidos por uma faixa de Cerrado (Savana), onde predominam duas tipologias distintas: o Cerrado Parque dominado pelo estrato herbáceo com presença de elementos lenhosos dispersos e o Cerrado Arbóreo-arbustivo, que é marcado pela presença de um estrato lenhoso pouco diversificado. O Cerrado ocupa cerca de 6,9% da área do estado.

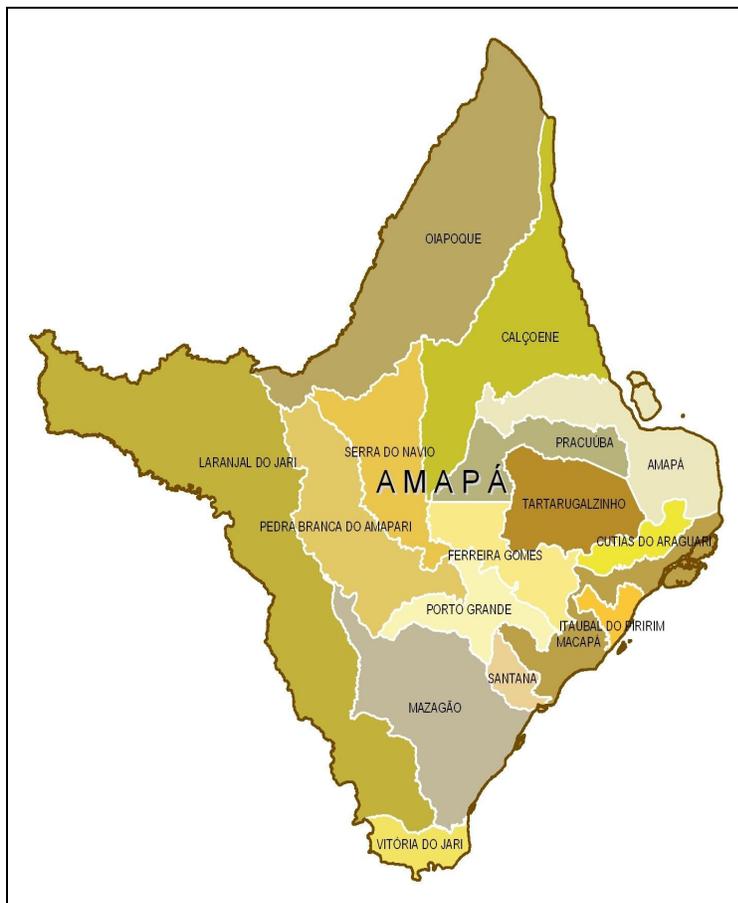
Nos limites entre a Floresta de Terra Firme e o Cerrado encontramos a Floresta de Transição que ocupa cerca de 2,7% da área do estado. Nessa área, a Floresta de Transição ostenta uma estrutura de alto porte e bem desenvolvida. Ela também ocorre entre os ambientes dos Campos Inundáveis e o Cerrado, mas em menor proporção.

Finalmente temos a Floresta Densa de Terra Firme, que ocupa cerca de 71,9% da superfície do estado. Dentre suas características podemos destacar a máxima diversidade por unidade de área, a estrutura de alto porte, as estratificações diferenciadas segundo tipologias locais e os frequentes níveis de especialização tais como, endemismo, raridades e gregarismo de muitas espécies.

O Parque Nacional do Cabo Orange protege 4,3% da área do Estado do Amapá, englobando as tipologias Manguezal, Campos Periodicamente Inundados, Floresta de Várzea, Floresta Ombrófila Aberta, Cerrado e Restinga.

O Estado do Amapá apresenta uma situação privilegiada em função do baixo nível de antropismo, conseqüente de sua baixa densidade demográfica. É o mais bem preservado do Brasil com cerca de 97% de sua cobertura vegetal nativa original. A pequena expressão das atividades econômicas do Estado, comparadas a outras regiões e até mesmo a Amazônia, deve-se ao grande isolamento de seu território. Se por um lado isto privou o Estado dos benefícios do desenvolvimento, por outro possibilitou a preservação de seus recursos naturais e a redução dos impactos sociais advindos da ocupação desordenada de áreas por atividades agrícolas, o que já ocorre em outros Estados da Amazônia (IBGE, 2004).

**Figura 1.4:** Divisão municipal do Estado do Amapá em 2008.

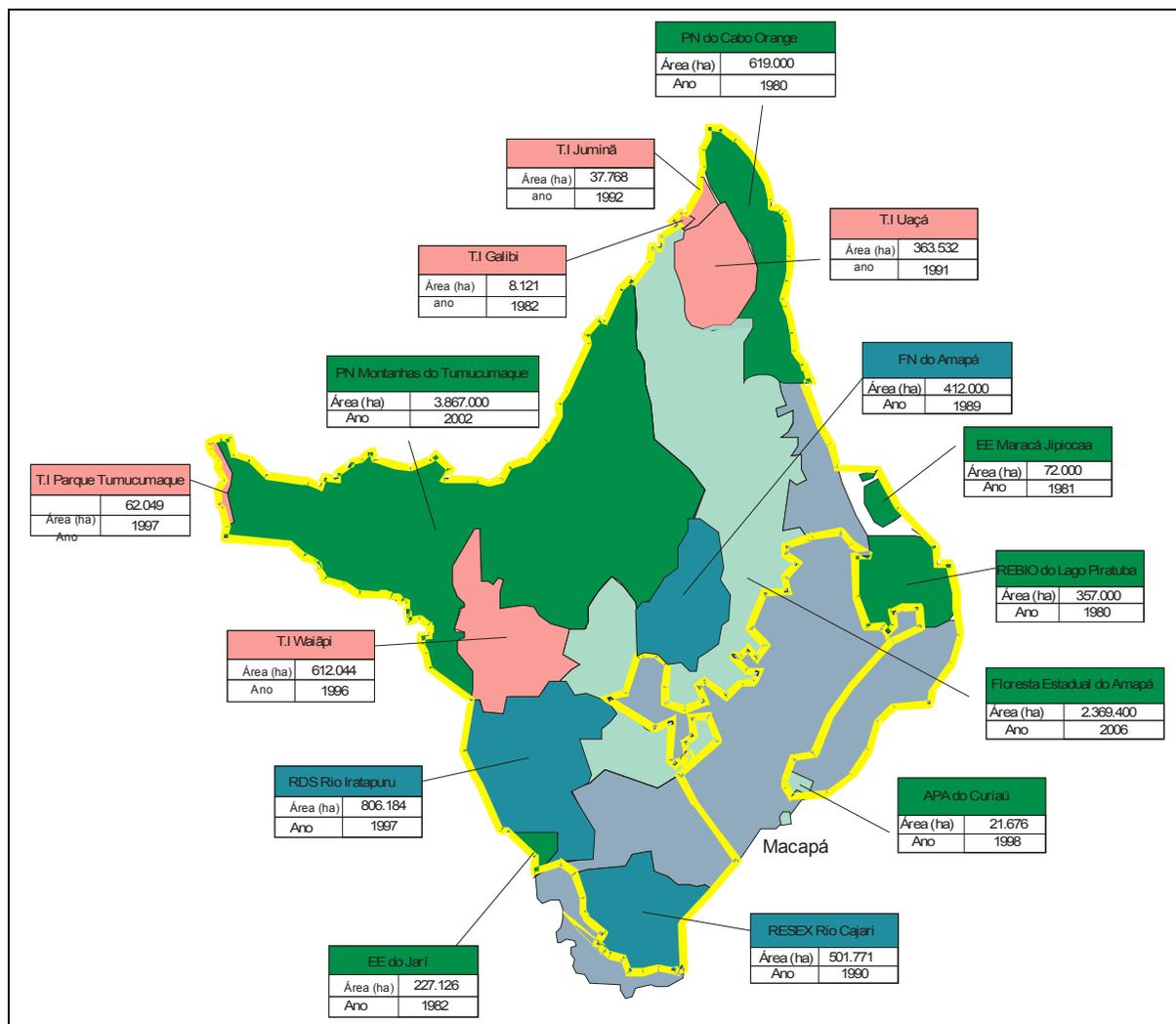


### **Unidades de Conservação e Terras indígenas do Amapá**

As UC Federais representam 8,7% do território brasileiro, 6,92% do bioma Amazônia e 40,04% da área do estado do Amapá. Neste sentido, o Amapá se destaca por ser o Estado brasileiro mais bem protegido ambientalmente, com 10,4 milhões de hectares, ou 72% de seu território em 12 unidades de conservação e cinco terras indígenas (CI-Brasil *et alii*, 2007). Em conjunto, elas formam o Corredor de Biodiversidade do Amapá, do qual o PNCO também faz parte (Figura 1.5).

O corredor foi anunciado publicamente pelo Governador do Estado durante o VII Congresso Mundial de Parques realizado em Durban, na África do Sul, em setembro de 2003. Em relação às Terras Indígenas, as mesmas se encontram localizadas no centro-oeste do Estado, a Terra Indígena (TI) Waiãpi; no extremo oeste, a Terra Indígena Tumucumaque; e no nordeste, as Terras Indígenas Uaçá, Galibi e Juminã. As reservas particulares RPPN também são representadas por cinco áreas. As unidades de conservação e terras indígenas são representadas na Tabela 1.1.

**Figura 1.5:** Área de abrangência (circundada em amarela) do Corredor de Biodiversidade do Amapá.



**Tabela 1.1:** Unidades de Conservação e Terras Indígenas do Estado do Amapá.

Unidades de Conservação	Instrumento legal	Categoria	Municípios abrangidos pela Unidade	Área (km <sup>2</sup> )	Ecossistemas Predominantes
Parque Nacional do Cabo Orange.	Decreto Federal Nº 84.913 – 15 de julho de 1980.	Proteção Integral	Oiapoque e Calçoene.	6.190	Manguezais, campos inundáveis, Floresta de Várzea Floresta Ombrófila densa.
Reserva Biológica do Lago Piratuba.	Decreto Federal Nº 84.914 – 16 de julho de 1980.	Proteção integral	Amapá e Tartarugalzinho	3.570	Manguezais e campos inundáveis.

Unidades de Conservação	Instrumento legal	Categoria	Municípios abrangidos pela Unidade	Área (km <sup>2</sup> )	Ecosistemas Predominantes
Estação Ecológica de Maracá-Jipiôca.	Decreto Federal Nº 86.061 – 02 de junho de 1981.	Proteção integral	Amapá.	720	Manguezais e campos inundáveis.
Estação Ecológica do Jarí.	Decreto Federal Nº 89.440 – 13 de março de 1984.	Proteção integral	Laranjal do Jarí.	820	Floresta Ombrófila densa, campo rupestre e floresta de igapó.
Floresta Nacional do Amapá.	Decreto Federal Nº 97.630 – 10 de abril de 1989.	Uso Sustentável	Amapá, Pracuúba e Ferreira Gomes.	4.120	Floresta Ombrófila densa.
Reserva Extrativista do Rio Cajari.	Decreto Federal Nº 99.145 – 12 de março de 1990.	Uso Sustentável	Mazagão, Vitória do Jarí e Laranjal do Jarí.	4.816	Floresta Ombrófila densa e floresta densa de planície aluvial.
Área de Proteção Ambiental da Fazendinha.	Decreto Territorial Nº 29 de 14 de dezembro de 1984.	Uso Sustentável	Macapá.	1,93	Floresta Ombrófila densa.
Reserva Biológica do Parazinho.	Decreto Territorial Nº 5 de 21 de janeiro de 1985.	Proteção Integral	Macapá.	1,13	Florestas de várzea e praias.
Reserva Particular do Patrimônio Natural Retiro Paraíso.	Portaria Nº 86 de 6 de agosto de 1997.	Uso Sustentável	Macapá.	0,47	Campos cerrados, floresta tropical úmida de galeria.
Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru.	Lei Estadual Nº 392 de 11 de dezembro de 1997.	Uso Sustentável	Laranjal do Jarí, Mazagão e Amapari.	8.061	Floresta Ombrófila densa.
Reserva Particular do Patrimônio Natural REVECOM.	Portaria Nº 54 de 29 de abril de 1998.	Uso Sustentável	Santana.	0,17	Floresta Ombrófila densa.
Reserva Particular do Patrimônio Natural Seringal Triunfo.	Portaria Nº 89 de 10 de julho de 1998.	Uso Sustentável	Ferreira Gomes.	99,96	Floresta Ombrófila densa e campos de cerrado.

Unidades de Conservação	Instrumento legal	Categoria	Municípios abrangidos pela Unidade	Área (km <sup>2</sup> )	Ecosistemas Predominantes
Reserva Particular do Patrimônio Natural Retiro Boa Esperança.	Portaria Nº 120 de 24 de agosto de 1998.	Uso Sustentável	Porto Grande.	0,43	Floresta Ombrófila densa.
Reserva Particular do Patrimônio Natural aldeia Ekinox.	Portaria Nº 91 de 21 de novembro de 2000.	Proteção Integral	Macapá.	0,01	Floresta Ombrófila densa de terra firme e de várzea.
Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque.	Decreto Federal S/Nº 22 de agosto de 2002.	Proteção Integral	Oiapoque, Calçoene, Serra do Navio, Amapari e Laranjal do Jari.	38.774	Floresta Ombrófila densa e aluvial.
Área de Proteção Ambiental do rio Curiaú.	Lei Estadual Nº 31 de 11 de dezembro de 1997.	Uso Sustentável	Macapá.	216,76	Cerrado, campos inundáveis e Floresta densa de várzea.
Terra Indígena Uaçá.	Decreto Nº 298 Karipuna Palikur – D.O.U. 30 de outubro de 1991.	--	Oiapoque.	470.164 ha	--
Terra Indígena Galibi.	Decreto Nº 87.844 Karipuna – D.O.U. de 22 de novembro de 1982.	--	Oiapoque.	6.889	--
Terra Indígena Juminã.	Decreto S/Nº Karipuna – D.O.U. de 22 de maio de 1992.	--	Oiapoque.	41.601	--
Terra Indígena Wayampi.	Port. Declaratória Nº 365 de 20 de abril de 2001.	--	Oiapoque.	--	--
Terra Indígena do Parque Indígena Tumucumaque.	--	--	Pará e Amapá (Laranjal do Jari).	3.071.067	--

## Implicações Institucionais

O Parque Nacional do Cabo Orange está rodeado por áreas institucionais, sejam elas Terras Indígenas (FUNAI), Projetos de Assentamento (INCRA) ou Floresta de Produção Estadual (IEF). Isto traz para o Parque, a possibilidade de cooperações tanto para educação ambiental, como para proposições de atividades sustentáveis ou mesmo para Proteção e Fiscalização.

Algumas iniciativas estão em andamento, como fiscalização conjunta das áreas de sobreposição e limítrofe entre o Parque e a TI Uaçá.

O IEF foi convidado a compor o Conselho Consultivo do PNCO e ainda a aproximação com o INCRA para a viabilização de realocação de famílias residentes no Parque, de alternativas econômicas sustentáveis no assentamento de Vila Velha, além de já ocupar uma cadeira no Conselho Consultivo do parque.

E conforme recomendação do CDN, também serão convidados a compor o Conselho Consultivo do PNCO, o MPOG/Gerencia Regional da União – AP e Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República/ABIN-SEAP, para compor, de forma compartilhada, as cadeiras do Ministério da Justiça/Polícia Federal e Ministério da defesa/34 ° BIS e Comando de Fronteira.

## Potencialidades de Cooperação

Na área de manejo e conservação de recursos faunísticos, florísticos e pesqueiros e na área de educação ambiental, o PNCO conta com diversos parceiros (instituições públicas, privadas, associações), que tem colaborado também para aumentar a integração do parque com o seu entorno (Tabela 1.2).

**Tabela 1.2:** Parceiros na área de manejo e conservação dos recursos faunísticos, florísticos e pesqueiros e educação ambiental.

Educação Manejo e conservação de fauna	Núcleo de Fauna e Pesca/IBAMA.
	Centro de Conservação e Manejo de Répteis e Anfíbios/ICMBio.
	Associação de Guarda Parques do Estado do Amapá.
	Chácara Du Rona.
	Banco do Brasil.
	Comunidade de Vila Velha do Cassiporé.
	Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque / ICMBio.
	Escritório Regional do IBAMA em Oiapoque.
	Centro Nacional de Pesquisas para a Conservação de Aves Silvestres.
	Centro Nacional de Pesquisas para a Conservação dos Predadores Naturais/ICMBio.
	Fundação Nacional do Índio.
	Núcleo de Educação Ambiental/IBAMA.
	Escritório Regional do IBAMA em Oiapoque.
	Escola Estadual Vila Velha.
	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Oiapoque.
	<i>Parc Naturel Régional de La Guyane.</i>

Na área de pesquisa, alguns parceiros foram imprescindíveis para a execução da AER do Plano de Manejo. Atualmente, o PNCO tem contatado novos parceiros para projetos de importância dentro da unidade (Tabela 1.3).

**Tabela 1.3:** Parceiros na área de pesquisa.

Instituição	Atividade
Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá (IEPA).	AER
Museu Paraense Emílio Goeldi.	AER
Universidade Federal do Pará (UFPA).	AER
Universidade Federal do Maranhão (UFMA).	AER
Universidade Federal do Amapá (UFAP).	AER
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) Amapá.	AER
Centro Nacional de Pesquisas para a Conservação de Aves Silvestres.	AER
Universidade de Brasília (UnB).	Exp. Turismo Solidário
Faculdade SEAMA.	Exp. Turismo Solidário
Empresa Yatoutatou (Guiana Francesa).	Exp. Turismo Solidário
Centro de Conservação e Manejo de Répteis e Anfíbios / ICMBio.	Quelônios de Oiapoque
Escola Estadual Vila Velha.	Quelônios do Cassiporé
Centro Nacional de Pesquisas para a Conservação dos Predadores Naturais/ICMBio.	Manejo e avaliação da pop de predadores
<i>Parc Naturel Régional de La Guyane.</i>	Desenvolvimento Sustentável

Na área de proteção do meio ambiente, algumas parcerias têm permitido a realização das atividades de fiscalização (Tabela 1.4).

**Tabela 1.4:** Parceiros na área de proteção ambiental.

Parceria Brasil	Parceria Guiana Francesa
Superintendência do IBAMA no Amapá	Direção de Assuntos Marítimos da França
Escritório Regional do IBAMA em Oiapoque	Marinha Francesa
Polícia Militar do Estado do Amapá	Polícia Marítima Francesa
Polícia Federal	
Exército Brasileiro	
Marinha Brasileira	

Na área de controle a incêndios, o PNCO contou, até 2008, com a parceria do Sistema Nacional de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais (PREVFOGO). A partir de 2009, esta função será desempenhada por um núcleo do ICMBio.

## BIBLIOGRAFIA

- Araújo, M. A. R., 2007. Unidades de conservação no Brasil: da República à gestão de classe mundial. Belo Horizonte: SEGRAC. 272p.
- Campos, V. F., 2002. Gerenciamento da Rotina do Trabalho do Dia-a-dia. Belo Horizonte: Editora de Desenvolvimento Gerencial. 266p.
- Campos, V. F. 2004. Gerenciamento pelas diretrizes. Nova Lima/MG. INDG Tecnologia e Serviços Ltda. 337p.
- Carvalho, A. D., Miranda, A. G. 2007. Levantamento Fundiário: Parque Nacional de Cabo Orange. Relatório técnico de consultoria. 181p.
- Chiavenato, I., Sapiro, A. 2004. Planejamento Estratégico: fundamentos e aplicações. Rio de Janeiro: Ed. Campus. 452p.
- CI-Brasil;, 2007. Corredor de Biodiversidade do Amapá. Governo do Estado do Amapá, Fundação Lee & Gund. Belém. 53p.
- Costa-Neto, S. V., 2007. Diagnóstico técnico voltado à elaboração do plano de manejo do Parque Nacional do Cabo Orange: Área de Atuação Botânica. Relatório Técnico. IEPA, IESA e WWF. 46p.
- Drummond, J. A., Pereira, M. A. P., 2007. O Amapá nos Tempos do Manganês: Um Estudo sobre o Desenvolvimento de um Estado Amazônico 1943-2000. Rio de Janeiro: Ed. Garamund. 500p.
- Fagundes, A. V., Silva, U. R. L., Caldas, U. M., 2007. Levantamento Participativo de informações Socioambientais das comunidades localizadas no Entorno e no Parque Nacional do Cabo Orange para subsidiar a elaboração do Plano de Manejo. Relatório Técnico parcial. IEPA, IESA e WWF. 95p.
- Filho, E. P. N., 2007. Projeto de Levantamento, Prospecção e Salvamento Arqueológico da Área do Parque Nacional do Cabo Orange. Apresentação no Encontro Temático - Arqueologia no Norte do Amapá: Novas Problemáticas, Metodologias e Perspectivas. Macapá.
- Galante, M. L. V.; Beserra, M. M. L. & Menezes, E. O. 2002. Roteiro Metodológico de Planejamento - Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica. Brasília: Edições IBAMA. 136p.
- IBGE, 2007. População dos municípios do Amapá. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 dez. 2007.
- IBGE, 2004. Projeto Levantamento e Classificação do Uso da Terra: Uso da Terra no Estado do Amapá. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Relatório Técnico. 143p.
- IBDF & FBCN, 1979. Plano do Sistema de unidades de Conservação do Brasil: I etapa. Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal. Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza. Brasília.
- IEPA, 2006. Macrodiagnóstico do Estado do Amapá: primeira aproximação do ZEE. Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá. Macapá. 140p.
- Kaplan, R. S. & Norton, A. P. 2000. Organização orientada para a estratégia. Rio de Janeiro: Elsevier. 9ª edição. 410p.
- Melo, C. C. S., 2005. Diagnóstico técnico voltado à elaboração do plano de manejo do Parque Nacional do Cabo Orange: Área de Atuação - Mamíferos não voadores. Relatório Técnico parcial. IEPA, IESA e WWF. 17p.

- MMA, 2008. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em: 16 ago. 2008.
- Nyberg, B., 1999. *An introductory guide to adaptive management for Project Leaders and Participants*. Vitória: Canadá. 24p.
- Prado, D., 2004. Planejamento e controle de projetos. Nova Lima: INDG Tecnologia e Serviços Ltda, vol.2, 6ª edição. 284p.
- Ramalho, Y. M. M., Neto, P. B., 2001. Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento. In: MMA. Causas e Dinâmica do Desmatamento na Amazônia. Ministério do Meio Ambiente. Brasília. Pg. 351-367.
- Santos, E. M., Ribeiro, M. F. 2005. Diagnóstico preliminar da entomofauna, com ênfase nos insetos aquáticos do Parque Nacional do Cabo Orange, Amapá. Relatório técnico. Universidade Federal do Pará e Museu Paraense Emílio Goeldi.
- Sarney J., Costa, P., 1999. Amapá: a terra onde o Brasil começa. Brasília: Senado Federal.
- Sayre, R., Roca, E.; Sedaghatkish, G. *et alii*. 2000. Natureza em foco: Avaliação Ecológica Rápida. Washington: Island Press/ The Nature Conservancy. 201p.
- Silva. M. S., Martins, M. H. A., Silva, L. M. S., 2005. Diagnóstico técnico voltado à elaboração do plano de manejo do Parque Nacional do Cabo Orange: Área de Geologia, Geomorfologia e solos. Relatório Técnico parcial. IEPA, IESA e WWF. 46p.